



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE
AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

Aviso de

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Recebimento de cotações

**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª
REGIÃO/SE**

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de **TELEFONIA**, para a SEDE do Conselho Regional de Serviço Social. Serviço especializado de Telefonia, incluindo comodato de materiais e equipamentos, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, a fim de atender as necessidades do Conselho Regional de Serviço Social em Aracaju/SE.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R\$ 10.073,16 (dez mil e setenta três reais e dezesseis centavos)

PERÍODO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
De **04/01/2026** às 08H
Até **09/01/2026** às 12H

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

E-mail para envio de cotações:

licitacao@cress-se.org.br

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026 - Processo Administrativo
02/2026**



Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 18ª Região/Se
Rua Dom José Thomaz, 683, CEP 49.015.090, Bairro São José, Aracaju/SE
Telefone: (79) 3214 3487 (WhatsApp) – 3025 1132 (Tesouraria) - E-mail: cress-se@cress-se.org.br - site: www.cress-se.org.br



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE
AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

Torna-se público que a O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE, por meio do Setor de Licitações e Contratos que realizará Dispensa de Licitação, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

E-mail para envio de cotações:

licitacao@cress-se.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2026

1. OBJETO

- Constitui objeto do presente Termo de Referência, a Contratação de empresa especializada na prestação de **TELEFONIA**, para a SEDE do Conselho Regional de Serviço Social. Serviço especializado de Telefonia, incluindo comodato de materiais e equipamentos, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, a fim de atender as necessidades do Conselho Regional de Serviço Social em Aracaju/SE, nas condições e especificações constantes na tabela abaixo:

LOTE ÚNICO	
ITEM	ESPECIFICAÇÕES
1	Serviço de telefonia com 01 (uma) Central Telefônica com até 12 Ramais analógicos e 5 ramais DECT, 4 troncos analógicos com atendimento automático, incluindo instalação de 11 ramais, configuração, manutenção preventiva e corretiva.

- 1.2 Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

indiretamente na prestação dos serviços.

1.3 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela execução de todos os serviços necessários para pleno atendimento aos serviços contratados, bem como sendo de excelente qualidade.

1.4 As especificações técnicas dos equipamentos encontram-se acima.

2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 As características dos serviços demandados pelo CRESS/SE 18ª REGIÃO neste termo de referência, demonstram que os serviços podem ser classificados como serviços comuns, uma vez que são facilmente comparáveis entre si e podem ser oferecidos por diversas empresas atuantes no mercado, não necessitando de especificações minuciosas ou peculiares.

2.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Considerando que o Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região é um órgão de representação, normatização, disciplina, defesa e fiscalização dos Profissionais de Serviço Social, bem como das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços na área do Serviço Social.

3.2 A finalidade da contratação pretendida é estabelecer uma comunicação eficiente e eficaz com os profissionais que buscam atendimento e entre os setores de trabalho do Conselho através de moderno sistema de telefonia do CRESS/SE 18ª REGIÃO.

3.3 O sistema de telefonia deve compreender instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva e o comadato dos equipamentos

3.4 Diante do acima exposto, justifica-se a contratação de empresa para efetuar o serviço de



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

telefonia do prédio Sede do CRESS/SE, em regime de comodato, no intuito de estabelecer uma comunicação eficiente e eficaz dos colaboradores e demais pessoas que transitam nas dependências da Sede.

4. AMPARO LEGAL

4.1 A contratação do serviço, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal na Lei nº 14.133/2021, sendo necessário para subsidiar e proteger o desenvolvimento das ações inerentes a prestação das atividades do Conselho e proteção do patrimônio público.

5. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;
- b) As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;
- c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.
- d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

g) CPF e RG do administrador.

5.2 Habilitação Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (relativa ao ICMS),
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada,
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

5.3 Capacidade Econômica- Financeira

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.
 - a.1.) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

5.4 Capacidade Técnica

- a) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente ao objeto licitado e compatível em características com o objeto da licitação, através de apresentação de pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

- b) Registro da empresa no CREA ou CFT e do responsável técnico
- d) Vistoria no local para verificar as peculiaridades da execução do objeto, ou declaração que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço e que assume todos os riscos da não realização da vistoria.

5.5 Documentos Complementares:

- 1) Declaração de que cumprirá durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015. 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 2) Declaração de que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3) Declaração que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste termo, e que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais;
- 4) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.1.1 Todos os equipamentos deverão ser entregues, instalados e estarem em perfeito funcionamento em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento pela Contratada, da ordem de serviço emitida pelo fiscal do contrato. O aceite provisório será realizado pelo gestor do contrato, depois de constatado que os equipamentos estão devidamente instalados e aptos a entrar em funcionamento. O aceite provisório tem como objetivo aferir que os prazos de entrega e instalação foram devidamente cumpridos pela Contratada. O aceite definitivo ficará a cargo do gestor do contrato. Somente após o aceite definitivo, se iniciará o prazo para contagem do pagamento.

6.1.2 O prazo para o início de cada atendimento/solicitação deverá ser de, no máximo, 02 (duas) horas contadas da respectiva solicitação feita, exclusivamente, por servidor do Conselho Regional de Serviço Social/ CRESS, salvo justificativa deferida pelo Presidente do Conselho.

6.1.3 Será exigida da Contratada a substituição dos equipamentos cujos padrões sejam divergentes do discriminado no objeto licitado, sem prejuízos das penalidades previstas neste TR.

6.1.4 Todas as áreas envolvidas nos trabalhos deverão ser entregues limpas e recompostas conforme condições originais, comprovadas mediante apresentação de relatório fotográfico, por parte do CONTRATADO, mostrando: as áreas antes e depois da execução dos serviços e todos os componentes instalados pelo CONTRATADO

6.1.5 A mobilização de todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários à execução do serviço são de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO

6.1.6 Antes do início dos serviços, o CONTRATADO deverá designar formalmente para o CRESS/SE, um técnico qualificado, responsável pelo acompanhamento de todas as etapas dos serviços.

6.1.7 A cessão de todos os componentes necessários ao sistema de telefonia, instalados pelo CONTRATADO, será em regime de comodato, podendo o mesmo, na qualidade de



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

comodante, realizar sua retirada após o fim do contrato, mediante aviso prévio formal ao CRESS/SE (Comodatária).

6.1.9 Todo e qualquer componente retirado pelo CONTRATADO após o fim do contrato deve constar no relatório fotográfico apresentado pelo mesmo após a conclusão da instalação dos equipamentos, no início do contrato, de modo a garantir que esses componentes tenham, de fato, sido instalados pelo CONTRATADO.

6.1.10 Depois de instalado, todo o sistema de telefonia deverá ser ministrado uma explicação pelo CONTRATADO sem custo adicional algum para o CRESS/SE, além de um treinamento para manipulação do referido sistema por parte dos funcionários do CRESS.

6.1.11 A empresa contratada deverá disponibilizar no mínimo, um profissional qualificado em telefonia, de instalação e manutenção, devidamente registrado no CREA ou CFT devendo apresentar a certidão de registro ativo no devido conselho. Este profissional deverá estar presente nos locais de instalação dos equipamentos. Neste período, o profissional assistirá à equipe do CRESS na operação do sistema durante os eventos e instruirá a equipe sobre o funcionamento dos equipamentos adquiridos, abordando ao menos os aspectos de inicialização, configuração, operação, programação, solução de problemas comuns e desligamento.

7.2 SISTEMA DE TELEFONIA:

7.2.1 O sistema de telefonia deverá ser instalado na nova sede do CRESS/SE, possibilitando a comunicação entre os servidores, utilizando ramais, para essa comunicação, além da possibilidade de recebimento de ligações externas e transferência para o ramal desejado com atendimento automatizado.

7.3 SERVIÇO DE ATENDIMENTO PELO CONTRATADO :

7.3.1 Chamados de caráter técnico, feitos pelo CRESS/SE, deverão ser atendidos pelo CONTRATADO em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

7.3.2 O CONTRATADO deve garantir que, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após ser identificada qualquer anomalia, que paralise total ou parcialmente o sistema de telefonia, a mesma seja sanada e o sistema de telefonia seja reestabelecido completamente.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

7.3.3 O CONTRATADO será responsável integralmente pela execução e manutenção dos serviços e instalações previstos nesse Termo de Referência, não podendo eximir-se dessa obrigação, ainda que parcialmente, sob qualquer pretexto.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1 A demanda e quantitativo dos serviços a ser contratado foram estipulados pela Diretoria Executiva do CRESS/SE, tem como base as necessidades da Instituição, na viabilidade da devida comunicação e dos respectivos servidores e usuários das atividades desenvolvidas em ambas estruturas físicas do Conselho.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO SEU RECEBIMENTO:

9.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 dias (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

- 10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3 Manter o preposto nos horários predeterminados pela Administração;
- 11.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

- 11.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 11.7 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos equipamentos utilizados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado falha ou impossibilidade de cumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.8 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 107 da lei 14.133/2021.
- 11.13 Recompôr o padrão de acabamento existente em todas as suas características nos locais de instalação; particularmente no caso das cores de parede, deve-se procurar a cor que mais se aproxime daquela predominante;
- 9.14 Fornecer por seu ônus, todo o material necessário à instalação, conforme descrito neste Termo de Referência, não sendo aceitos materiais ou produtos usados, reciclados ou recondicionados.
- 11.15 Reconstituir quaisquer avarias nas dependências da edificação decorrente dos serviços por ela executados ou contratados;
- 11.16 Sinalizar a obra e adotar medidas de proteção coletiva;
- 11.17 Fornecer aos seus empregados EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

(Equipamento de Proteção Coletivo) e fiscalizar o uso;

11.18 Fornecer aos seus empregados vestuário adequado e crachás para uso em serviço;

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 14.133/2021, e do art. 6º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

14.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, quando for o caso.

14.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta.

14.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 124 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, e da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação: 12.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 fraudar na execução do contrato;

15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 cometer fraude fiscal;

15.1.6 não manter a proposta.

15.2 A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 15.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 15.2.2 Moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 15.2.2.1 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.2.3 Compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 15.2.3.1 No caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 18ª REGIÃO, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- 15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, I e III da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
 - 15.3.1 tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
 - 15.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 12.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DA VISTORIA

16.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, podendo sua realização ser comprovada por

a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo em anexo; ou

b) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS/SE.

14.2 Todos os custos associados à visita serão arcados, integralmente, pelos próprios licitantes. Serão inaceitáveis alegações futuras de desconhecimento de fatos ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução e entrega do objeto licitado.

14.3 Para viabilizar o conhecimento do local dos serviços, será disponibilizada visita conduzida por funcionário do CRESS/SE capacitado para informar sobre todos os detalhes técnicos dos serviços nas datas previamente agendadas. 21.3.1 Para a vistoria a ocorrer na Sede do CRESS/SE, a licitante deverá entrar em contato prévio com Dasti Clea no telefone (79) 99685-4897 no período das 08h às 12h de segunda a sexta.

17. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

17.1A execução dos serviços será formalizada por Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o procedimento de contratação, Termo de Referência, e da Proposta de Preços da empresa considerada vencedora. O período de vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos casos previstos em Lei.

18.DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A fiscalização /recebimento do objeto será exercida por funcionária designada através de portaria.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

18.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o servidor responsável deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.3.0.1. Realizar a análise da documentação apresentada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.3.0.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

19.1. O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, através de depósito em conta corrente e/ou boleto bancário, vinculado ao CNPJ do fornecedor, condicionado à entrega do produto/execução do serviço, devidamente atestado e aprovado pela Contratante.

19.2. Nos preços ofertados na proposta já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente impliquem ou venham implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

19.3. O pagamento será efetuado mediante emissão de nota fiscal, devidamente atestada por setor competente, de acordo com os serviços prestados, devendo vir acompanhadas das certidões fiscais e trabalhistas.

19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CRESS/SE.

20.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

6.2.2.1.1.01.04.04.036 - Serviços de Telecomunicações

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Para eventuais esclarecimentos, o licitante poderá solicitar através do email: licitacao@cress-se.org.br.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS DA 18ª REGIÃO/SE
AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

Aracaju, 03 de janeiro de 2026

Apresento o Termo de Referência.

Ana Patrícia Noia da Silva

Diretora Executiva CRESS/SE

APROVO este Termo de Referência e CONCORDO com a justificativa declarações exaradas neste termo, tendo-o como motivado.

AUTORIZO a abertura do processo licitatório para o objeto deste termo de referência.

Maria Auxiliadora de Oliveira Rosa Horlacher

Conselheira Presidente

CRESS DA 18ª REGIÃO – SERGIPE